

Arquivos da violência em relacionamentos lésbicos¹

Pâmela Laurentina Sampaio Reis
(Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC)

Introdução

A viúva de Gal Costa é o título da reportagem publicada na edição de julho de 2023, na Revista Piauí², causando impacto nos meios de comunicação nacional ao revelar os bastidores da vida profissional e íntima da cantora Gal Costa e de Wilma Petrillo, sua companheira por quase três décadas. Assinada pelo jornalista Thallys Braga, a reportagem apresenta aos leitores graves acusações de seis ex-funcionários, seis amigos e um parente de Gal Costa contra Wilma Petrillo. Nos depoimentos, Wilma Petrillo, foi acusada de assédio moral contra funcionários, ameaças, golpes financeiros, que impactaram a carreira e vida pessoal da cantora Gal Costa.

No dia 11 de julho de 2023, saiu uma reportagem na Revista Quem³ com André Pacheco, ex-empresário de Gal Costa e responsável pelo marketing do disco Estratosférica, na qual o empresário confirmou algumas das denúncias expostas pela Revista Piauí, reforçando os supostos abusos na relação de Gal Costa e Wilma Petrillo. Após a circulação da reportagem da Revista Piauí, Marcus Preto, à época produtor do disco Estratosférica, além de publicar no seu Instagram pessoal um longo post sobre os mecanismos de uma relação de violência afetiva, afirmou em entrevista à Folha de São Paulo³, que Gal Costa vivia em um relacionamento abusivo.

Desde então a cobertura da mídia nacional tem construído a imagem de Gal Costa como passiva diante dos supostos abusos e suscitado o questionamento dos motivos da cantora ter permanecido ao lado de Petrillo por 30 anos. Essas reportagens e o debate público que trouxeram reforça o debate maniqueísta em torno da noção de vítima -sem agência- e da agressora nos relacionamentos afetivo-conjugais. Neste artigo buscamos seguir a perspectiva que vê o cotidiano das mulheres lésbicas no tocante a violência de gênero, na posição da mulher vitimizada, passiva, pacífica e incapaz de comportamentos de grande violência (Helena TOPA, 2010; Bruna Lais Silva PINTO, 2021). De acordo com Nathalia Christina Cordeiro (2021), essa

¹Encontro Nacional de Antropologia do Direito -VIII ENADIR. GT17. Homofobia, transfobia e outras violências

² Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-viuva/>

³ Disponível em : [Ex-empresário e marketing de Gal Costa diz que viúva banuiu clipes ainda inéditos e vendia shows paralelos boicotando projetos \(globo.com\)](#)

perspectiva está relacionada aos processos de socialização feminina, voltados ao cuidado, dedicação ao outro e à passividade reforçando o mito de que as mulheres não são violentas e de que os relacionamentos entre mulheres são construídos segundo a igualdade e a ausência de conflitos.

Conforme Jessica Flores Mizoguchi (p. 272, 2021), as mulheres lésbicas passam “por determinações que tornam as suas relações afetivas e/ou sexuais invisibilizadas, de modo que, provavelmente, as situações de violência que eventualmente ocorrem em seus relacionamentos tampouco são vistas ou discutidas”. Nesse sentido, o caso de Gal Costa e Wilma Petrillo, ao colocar na ordem do dia o tema da violência nos relacionamentos lésbicos, problematiza por um lado, as estruturas coloniais, heteronormativas e ocidentais que consolidaram o ideal de conjugalidade e de amor, perpassadas por camadas de opressões e por outro lado, levanta questionamentos importantes sobre a condução desse debate nas distintas esferas sociais, como os coletivos, movimentos sociais e o estado.

De acordo com Macedo (2020), a violência em relacionamentos lésbicos é um fenômeno social complexo sobre o qual pouco se discute, se analisa, se escreve e geralmente é invisibilizado nos espaços de sociabilidade lésbica, do movimento social, das instituições nas quais se formulam e se executam políticas públicas, bem como na esfera de produção de conhecimento (MACEDO,2020). Inúmeras pesquisas realizadas no Brasil ao longo das últimas décadas analisaram a efetividade e os desafios das políticas voltadas ao enfrentamento da violência contra as mulheres. No entanto, encontramos poucos dados no tocante a violência nos relacionamentos lésbicos.

Assim, considerando o atual cenário do múltiplo compartilhamento de experiências através das mídias sociais, buscou-se averiguar a partir de uma etnografia de tela (Rial, 2004) como o tema da violência nos relacionamentos lésbicos está sendo mobilizado. Foram selecionadas postagens publicadas em dois perfis, @sapataoamiga (25,6 mil seguidores) e @lesbicanegraecaminhao (16,0 mil seguidores), escolhidos por discutirem assuntos sobre as vivências lésbicas. Através da circulação de posts, dos comentários e das reações, buscou-se responder a duas questões centrais: como as mulheres lésbicas têm percebido e nomeado os atos violentos? Se reconhecem ou não a Lei Maria da Penha como aplicável?

Histórico das lutas e análises sobre violências contra mulheres

Ao analisarmos o fenômeno da violência no âmbito dos relacionamentos íntimos, acionamos por meio da lupa cisheteropatriarcal a imagem de um casal composto por um homem (agressor)

e a mulher (a vítima). Ao longo das últimas décadas discutiu-se amplamente nas esferas dos movimentos sociais e acadêmicos sobre a violência contra as mulheres com ênfase no espaço doméstico. No Brasil, conforme apontam Miriam Pillar Grossi (1994), Maria Luiza Heilborn e Bila Sorj (1999), a partir dos anos de 1970 a violência doméstica contra as mulheres tornou-se uma das principais pautas de luta do movimento de mulheres e feministas, cujo slogan central foi, “Quem ama não mata”, remetendo-se aos assassinatos de mulheres cometidos por seus maridos, companheiros, namorados ou amantes (Grossi, 1994). De acordo com Wânia Pasinato e Cecília MacDowell Santos (p. 09, 2008), “embora as lutas feministas contra a violência não se restringissem à violência doméstica e conjugal, esta foi-se tornando a forma paradigmática de violência politizada pelas feministas”.

Na década de 1980 acompanhou-se o início da implementação de políticas públicas destinadas às mulheres a exemplo das Delegacias da Mulher como respostas às demandas feministas (Wânia PASINATO; Cecília MacDowell SANTOS, 2008). No período de 1985 a 2002, no Brasil, instalaram-se além das Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAM's), as Casas-Abrigo tornando-se os principais serviços da política de enfrentamento à violência contra as mulheres, cuja ênfase estava na segurança pública e na assistência social (BRASIL, SPM, 2011). A criação das delegacias foi um marco positivo possibilitando uma maior visibilização da violência e um meio através do qual as mulheres pudessem denunciar as situações de violência que elas passam e buscar algum tipo de intervenção por parte do Estado (EVANGELISTA, 2018).

No ano de 2003 foi criada a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), da Presidência da República (PR), que representa a luta das mulheres para a garantia das políticas públicas e promoção de equidade de gênero no Brasil. Em 2007, foi lançado o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, reforçando a importância de uma rede articulada de atendimento. Em 2006 é sancionada a Lei nº 11.340, comumente conhecida como Lei Maria da Penha com o objetivo de coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Ao longo dessas décadas inúmeras pesquisas analisaram a efetividade e os desafios dessas políticas voltadas ao enfrentamento da violência contra as mulheres.

Nesse percurso convém destacar os distintos usos semânticos da expressão violência contra as mulheres e os sentidos equivalentes no processo de nomeação, ou seja, nos deparamos com uma gramática conceitual que pode ser apresentada como: violência doméstica, violência intrafamiliar, violência conjugal, violência familiar e violência de gênero (Lourdes Bandeira, 2014; Suely Souza de Almeida, 2007). Concordando com Grossi (1994), desnaturalizar a categoria violência - tirando-a do polo do masculino- é fundamental para aprofundarmos as

análises que são complexificadas ao adicionarmos a categoria gênero. Dessa forma, parece conveniente o uso da expressão violência de gênero com o objetivo de compreender a produção dos atos violentos a partir de contextos e espaços relacionais e, portanto, interpessoais, que têm cenários sociais e históricos não uniformes” (Bandeira, p. 451, 2014).

Arquivos e Violência nos relacionamentos lésbicos

Dessa forma, se as volumosas produções sobre violência de gênero contra a mulher servem como arquivos, me causa inquietação os poucos registros, investigações, campanhas e dados sobre a violência nas relações lésbicas. Eu quero chamar atenção aqui para os sentidos atribuídos à palavra arquivo como uma ferramenta analítica dos processos de registro deste tipo de violência nas esferas macro - nos marcos das políticas públicas- e micro - na forma como as vítimas percebem, nomeiam e registram a violência-. Como bem aponta Maria Gomes Olívia Cunha (p.292, 2004), “é preciso conceber os conhecimentos que compõem os arquivos como um sistema de enunciados, verdades parciais, interpretações histórica e culturalmente construídas”, logo passíveis a leituras e novas/outras interpretações. Depreende-se aqui a sinalização de lacunas nos arquivos da violência nas relações lésbicas entremadas em feixes de relações de poder, fendas e silêncios, afinal, “decidir o que entra ou fica de fora do arquivo é um ato político, ditado pela arquivista e pelo contexto político na qual ela vive” (Carmem Maria Machado, p.10, 2021).

A constituição de um arquivo é um processo denso e complexo. Exige situar e contextualizar densamente o que se procura registrar, tendo em vista, o tensionamento de uma relação interpessoal entre a “fonte” e quem documenta. Nesta discussão, me parece conveniente mobilizar as noções de historiografia e contextualidade-histórico densa, desenvolvidas por Paola Bacchetta (2022). Como observa a autora, é importante destacar os sentidos situados de uma ação, item e conduta dentro de uma episteme contextual específica e tensionar pressupostos, categorias e lógicas dominantes impostas seja pelos observadores ou intérpretes que não compreendem o contexto. Mais do que descrever ações e condutas é necessário compreender as lógicas que ordenam as experiências de forma situada.

Assim, uma historiografia densa serve para dilatar os arquivos e ampliar as análises cujo objetivo é de não reproduzir, criar ou fixar “qualquer narrativa única (fina, única, dominante ou subalterna) da verdade que pode tornar um discurso dominante e, assim, tornar-se disponível para ser usada contra ainda outros subalternos” (Bacchetta, p.96, 2022). Busco nessa direção, revirar os contextos, situações e sentidos que dão densidade aos arquivos ordinários da vida -

amorosa, afetiva e política - das mulheres lésbicas. Trata-se de percorrer as fendas e lacunas desses arquivos, explorando o cotidiano das experiências, dos movimentos miúdos que contam histórias e que não podem perecer na fruição dos silenciamentos.

No que tange a discussão sobre violência, Machado, chama atenção para os seguintes aspectos:

[...] Há muito tempo a comunidade queer lança da retórica dos papéis de gênero para absolver mulheres queer da responsabilidade por atos de violência doméstica. Isso não significa que ativistas e acadêmicas não tenham tentado. Quando o diálogo sobre violência doméstica queer se estruturou no início dos anos 1980, ativistas passaram a distribuir folhetos que se propunham a desfazer mitos a respeito do abuso queer em conferências e festivais (p. 286, 2021).

A autora ao analisar o contexto norte americano salienta a fricção dentro dos movimentos sociais diante do debate da violência nas relações lésbicas. Aponta o desconforto por parte de militantes em assumir que mulheres lésbicas também eram abusadoras, a exemplo da ativista e professora, Ann Russo, que relatou no seu livro, *Taking Back Our Lives*, a sua dificuldade em verbalizar que o abuso nas relações lésbicas era uma questão política com raízes estruturais. Para Machado, é fundamental explorar as dimensões dessa dificuldade, uma vez que ela pode agir como mecanismo de manutenção do silenciamento nos e dos arquivos. Nessa direção, a autora levanta o seguinte questionamento: como podemos tornar nosso processo de registro - das múltiplas experiências, dentre elas, da violência- mais justo?

Antes de buscarmos respostas, observemos que o ato de registrar é antecedido pelo reconhecimento do contexto de violência. Ao reconhecer é possível tatear formas de nomear, embora “quando pensamos nas formas que a violência íntima assume hoje, cada novo conceito se revela como mais um fantasma que sempre esteve entre nós” (Machado, p.12, 2021). O fantasma da violência confronta diretamente a construção social da posição das mulheres -como não violentas- e do caráter mais igualitário dos relacionamentos lésbicos. Essa visão revela inadequadamente que tais relacionamentos são destituídos de poder.

Violências contra as mulheres: quadro teórico

As principais análises sobre a violência contra as mulheres estão ligadas a dominação masculina. No entanto, esse caminho analítico apresenta limitações ao nos depararmos com os diversos contextos sociais e culturais. Por exemplo, ao analisarmos a violência nas relações lésbicas podemos identificar outras lógicas de poder e de controle a partir das quais a articulação com a categoria gênero parece ser mais oportuna, inclusive para revelar a

construção das noções de vítima e agressora. De acordo com Avena (2010), nos relacionamentos lésbicos os ataques de ciúmes doentios, de problemas psicológicos graves, demonstrações de poder dolorosas e de manipulações psicológicas também se fazem presentes. Afinal, temos o controle e o poder sendo exercido sobre alguém. Somam-se isso, três questões amplamente discutida pela literatura especializada: o mito da não violência entre as parceiras é o primeiro. O segundo envolve a discussão da construção social das noções de vítima e de agressor/a. O terceiro questiona o silêncio por parte de ativistas e dos movimentos sociais e os silenciamentos sociais e acadêmicos.

Ana Cristina Santos (2017), ao estudar a violência conjugal lésbica a partir do contexto português, nos informa que o primeiro ponto supracitado é alicerçado na suposta crença de que nos relacionamentos lésbicos as opressões se apresentem em menor grau, ou seja, são pensadas de formas mais simétricas e igualitárias em termos de poder. A pesquisadora identificou, em seu estudo realizado em 2011 com vinte e três respondentes portuguesas, três dimensões principais, dentre elas, destacamos a primeira, “Menorização face à importância do tema”, que revela a forma como algumas das participantes compreenderam a violência conjugal a partir de uma “recusa em admitir que as mulheres possam ser agressoras” (SANTOS, p. 129, 2017). Tal recusa também salienta a dificuldade por parte das mulheres em reconhecerem determinados atos como violentos no contexto das suas relações. Este aspecto se articula com o segundo ponto e nos leva a contestar a construção social das mulheres como não agressoras e passivas.

O terceiro ponto levanta a problemática do silêncio por parte de ativistas e dos movimentos sociais. Leslie Burke e Diane Follingstad (1999), Carolyn M. West (2002), Claire Renzetti (1992), Helena Topa (2010), Daniella Tebar Avena (2010) e Renata dos Santos Alencar (2017) argumentam que o silêncio pode estar associado ao medo de reforçar estereótipos negativos em torno da orientação sexual e da estigmatização social pela sociedade. Samantha Nagle Cunha de Moura e Marcelo Maciel Ramos (2022) chamam atenção para a dimensão do medo articulado às formas de violência que incidem nos relacionamentos lésbicos causando o efeito do duplo armário⁴.

⁴ De acordo com Cunha e Ramos (2022), o duplo armário consiste na: a) autoculpabilização em razão da lesbofobia internalizada; b) medo de uma dupla estigmatização social pela sociedade mais ampla – inclusive por parte do SJC – caso venha a denunciar; c) medo do “outing”, isto é, a utilização da orientação sexual enquanto mecanismo de manipulação e barganha para manter a vítima/sobrevivente silenciada; d) “fusão lésbica”, ou seja, é comum que a rede de amizades e de apoio entre a vítima/sobrevivente e sua companheira seja a mesma, o que pode gerar medo de perda dessas relações com o fim do relacionamento e um consequente aprofundamento do isolamento social.

Para Angelina Andrea Marín Rojas (2009), o segundo armário consiste nas dinâmicas de violência e de abuso. Sair desse armário exige de muitas lésbicas o esforço de reconhecimento de si enquanto sujeito de direito. Ao analisarmos o imaginário da violência sob a égide da heterossexualidade, nos deparamos com a negação das lésbicas no campo da linguagem:

La heterosexualidad niega en el imaginario la existencia de otras preferencias sexuales, inclusive en el lenguaje, llevando a que muchas lesbianas no se asuman como tales por no conocer la posibilidad de serlo, o no conocer palabra para definir los sentimientos que experimentan, del mismo modo, el maltrato en las relaciones de pareja lesbiana presenta dificultades, en su conceptualización, similares a las experimentadas por la situación de closet (ROJAS, p. 6, 2009).

De acordo com a socióloga chilena, tal negação obstaculariza o reconhecimento de si e dos sentimentos, a exemplo do abuso em suas relações. É importante avaliarmos a ambivalência entre o medo, o silêncio e o ato de nomear. Se o medo é o elo entre o silêncio e ator de nomear, logo, o silêncio garante a manutenção diante das expressões mais cruéis da violência lesbofóbica e conjugal. “Em nome do silêncio, cada uma de nós evoca a expressão de seu próprio medo – o medo do desprezo, da censura ou de algum julgamento, do reconhecimento, do desafio, da aniquilação” (AUDRE LORDE, p. 53, 2019).

O medo e o silêncio não podem nos sufocar, haja vista, que eles não serão destituídos das nossas vidas. Apostemos na transformação do silêncio em linguagem e em ação com a finalidade de ressignificarmos essa linguagem que opera contra nós, conforme nos sugere Lorde (2019). O ato de nomear é atravessado por relações de poder e torna-se um gesto político perfilando formas iniciais de apreensão de experiências ou fenômenos escondidos (Débora DINIZ; Bruna Santos COSTA; Sinara GUMIERI, p. 225, 2015), como o da violência no âmbito das relações lésbicas. Seria ingênuo supormos que o fenômeno da violência é universal. Ao contrário, é situacional e atinge as mulheres de formas diversas sem hierarquias de opressão.

Concordo com a interpretação de Ana Macedo (2020) quando esta afirma que compartilhar informações sobre o fenômeno da violência em relações lésbicas é fundamental para que, quem esteja passando por situação de violência possa reconhecer a sua posição, seja

de vítima ou de agressora, possibilitando também nomear os atos de violência vivenciada. Esta é uma questão amplamente discutida no movimento feminista e reforça a máxima: o pessoal é político. Assim, buscar um caminho minimamente justo para registrar a violência requer estratégias para o reconhecimento da violência na esfera íntima.

Repensando o amor e o atos violentos

O amor romântico enquanto um modelo alicerçado no casamento, na família e maternidade tem suas origens no século XVIII, período no qual, aprofundou-se no plano ideológico a divisão dicotômica em torno dos atributos de gênero, do público e privado, estabelecendo relações hierárquicas e espaços distintos para homens (rua) e mulheres (lar). Dessa forma, o confinamento das mulheres ao espaço doméstico legitimou a violência no âmbito da conjugalidade. (Grossi, 1988). Para Anthony Giddens (1994), as ideias sobre o amor romântico estavam diretamente associadas à subordinação da mulher ao lar e o seu isolamento do mundo exterior. A contestação desse ideal universalista percorre as páginas, servindo como um fio que articula os debates sobre amor e violência.

Argumenta-se que sendo o amor romântico patriarcal se faz necessário conhecer as suas consequências com o objetivo de identificar as diversas violências que atravessam os relacionamentos lésbicos, considerando a interseção dos marcadores sociais da diferença. Vejamos a postagem feita no Instagram da @sapataoamiga (25,6 mil seguidores):

Figura 1



Figura 2



Figura 3



Figura 4



Figura 5



Ana Claudino é preta, sapatão, ciberativista, pesquisadora em raça, gênero, sexualidade e comunicação. É criadora do canal Sapatão Amiga (youtube, instagram, twitter), do podcast LesboSapiência e atua como colunista do canal Mídia Ninja. Em maio de 2020 um post

intitulado, Para Repensar o Amor, foi postado no Instagram em uma série de cards destacando trechos de um texto que seria publicado posteriormente na íntegra em sua Newsletter com o mesmo título. Com uma escrita simples e direta, o texto reflete sobre as lógicas de amor que aprisionam especialmente as mulheres negras, lésbicas e engendram os modos de viver. De acordo com Ana Claudino (2022) a noção de amor romântico burguês constrói comportamentos autorizados como o ciúme, a posse, o controle e objetifica a pessoa amada.

As imagens 1,2,3,4 e 5 destacam por um lado a relação entre amor e liberdade, compartilhamento de vida, equidade e empatia. Por outro, pontuam os modelos opressores. Para Audre Lorde (2019), grande parte da história da Europa Ocidental olhou para as diferenças humanas a partir de uma oposição dicotômica simplista, modelando uma sociedade, na qual, sempre um grupo de pessoas por meio de opressões sistemáticas, foi relegado a posição inferior, de desumanizado. As mulheres negras, lésbicas, feministas estão incluídas nesse grupo. A autora chama de norma mítica a matriz ordenada pelo branco, macho, magro, jovem, heterossexual, cristão e financeiramente estável, produzindo a partir dela, uma armadilha de poder que opera dentro da sociedade.

Nessa direção, observa-se uma distorção em torno da diferença, quando um conjunto de pessoas ao não se identificarem com essa matriz, ficam expostas aos duros efeitos da opressão, como por exemplo, as mulheres lésbicas negras. Os seus argumentos dizem sobre a rejeição institucionalizada da diferença e as formas programadas para lidar com ela, seja ignorando-a, imitando-a se forem dominantes ou destruindo-a se forem subordinadas. O não reconhecimento da diferença turva o olhar frente a complexidade do sistema de poder patriarcal.

A vida das mulheres negras de acordo com Lorde (2019), estariam envoltas da violência e do ódio, ao construírem suas experiências nas trincheiras, fora da norma mítica, isto é, em constante processo de precariedade, percebido inclusive na dimensão dos afetos, nas possibilidades de amar e de serem amadas. Logo entendemos aqui estas dimensões de forma situacional, compreendendo os elementos que se articulam ao ideal universalista do amor romântico como a posse, o ciúme, a renúncia de si, o machismo, como uma gramática cultural, contextual e situada nas visões de mundo das sociedades ocidentais modernas (PORTO, 2022).

Entendendo, portanto, os vínculos amorosos como relações construídas historicamente que produz e ordena os sentimentos, voltemos o nosso olhar para a imagem 2 e 4. Nelas, Ana Claudino marca a sua posição de mulher negra e lésbica, fora da norma mítica, marca a sua experiência e problematiza a reprodução dos modelos de opressão no contexto dos relacionamentos entre mulheres lésbicas negras. Situar os marcadores de sociais da diferença é fundamental para a compreensão das relações. Raça, gênero e orientação sexual ganham relevo

no post. Para Glória Anzadúa (2009), é preciso entender a profundidade de estarmos situadas, localizadas em determinados contextos, isto é, saber onde estamos pisando e qual tipo de posição estamos tomando. O post, conforme apontam as figuras 1,2,3,4 e 5 teve 55 comentários distribuídos entre reações com emojis de coração, marcações de perfis de terceiros cuja intenção é mostrar o post para outra pessoa e comentários corroborando com a proposta do texto e chamando a atenção para a problemática da violência nos relacionamentos lésbicos, marcados pelo adoecimento, posse, ciúmes e competição.

As figuras 7, 8 e 9 trazem a sequência desta reflexão, na qual, analisa-se a descolonização dos afetos e critica-se a lógica tóxica neoliberal que podem reforçar práticas e atos violentos no âmbito das relações lésbicas. As figuras 7 e 8 ao evocarem as possibilidades de outras formas de afetos ampliam a compreensão sobre a dimensão dos sentimentos e do amor. A ideia de um *continuum lésbico*, acionada por Adrienne Rich (2012), pode nos ajudar a pensar a partir da noção de fluxo e movimento em redes de afetos, de cuidado, de apoio, tecendo modos de vida entre mulheres para além dos sistemas heterossexuais, como sugerem as imagens 8 e 9. O post teve 55 comentários seguindo a mesma lógica do anterior e o texto completo foi publicado na Newsletter de Ana Claudino.

Figura 7



Figura 9

Figura 8



Figura 10



O post representado pelas imagens 7,8 e 9 circulou por inúmeros perfis seguindo a ferramenta de repostagem e reverberou em grupos de Whatsapp e nos clubes de leitura⁵ proporcionando uma série de compartilhamento do conteúdo. Para Ana Claudino, o amor sapatão não caberia nesses moldes, contudo, na ausência de representações deste amor, internaliza-se formas de afeto e comportamentos heteronormativos. Esse é tom do seu texto sobre o amor sapatão publicado em sua coluna do Mídia Ninja com o título, O amor camarada Sapatão, conforme aponta a figura 10.

Já no perfil da @lesbicanegraecaminhao (16 mil seguidores) administrado por Alaine Santana, lésbica negra, bofinha/caminhoneira, psicóloga que articula estas pautas a saúde mental, encontramos um debate sobre o amor que segue a linha crítica esboçada por Ana Claudino. Encontramos o seguinte post no feed acompanhando de um texto no espaço destinado a legendas:

⁵ Clube de Leitura organizado pela Arquivo Lésbico Brasileiro em parceria com o perfil @brava.sp.

figura 11



figura 12



Alaine Santana, critica o ideal do amor romântico e argumenta que para refletir sobre o amor se faz necessário entender os efeitos e os impactos da colonialidade e da interseção dos marcadores de raça, gênero, sexualidade, saúde, masculinidades e feminilidades. O post expresso nas imagens 11 e 12 teve 59 comentários nos quais encontramos agradecimentos ao tema levantado, pontuando a urgência da discussão sobre o amor. De acordo com Maria Lugones (2018), o colonialismo impôs um novo sistema de gênero a partir do qual organizou-se as relações, a produção de propriedade, de cosmologias e de modos de conhecimento.

Dessa forma, encontra-se nas operações de poder colonial a “fusão” do gênero e da raça. Conforme Costa (2012), é possível analisar a genealogia da formação da categoria de gênero dentro do projeto colonial como um mecanismo fundamental por meio do qual o capitalismo colonial global estruturou as assimetrias de poder no mundo contemporâneo. Ao seguir esta reflexão, ter-se-á o gênero como uma categoria colonial por intermédio da qual será possível historicizar o patriarcado, evidenciando as formas de imbricação da heteronormatividade, do capitalismo e da classificação racial.

Segundo Lugones (2014), os efeitos da colonialidade de gênero ainda são encontrados em nós e permanecem, por exemplo, na interseção de gênero/classe/raça, que são construtos centrais do sistema de poder capitalista mundial. Descolonizar o gênero torna-se uma práxis contra a opressão de gênero que é racializada, colonial, capitalista, monogâmica, capacitista e heterossexualizada. De acordo com Vinicius Luis Pires Queiroz (2021), se faz necessário compreender as complexidades que envolvem a estrutura do colonialismo e as tecnologias coloniais, uma vez, que estas além de perpassarem as dimensões do desejo e dos afetos, produziram elementos que impregnaram nas mentes, nos corpos colonizados e no imaginário social, valores que reforçaram a dominação. Essa questão nos põe a refletir, por exemplo, nos

sentidos atribuídos as escolhas afetivas das mulheres negras, lésbicas e caminhoneiras. Como podemos pensar o campo dos afetos, dos sentimentos, do amor e das escolhas afetivas? Alaine Santana problematiza estas questões na figura 13.

Figura 13



Alaine Santana chama atenção para os aspectos que permeiam as dinâmicas de afetividade, a partir da discussão que envolvem as disparidades raciais e o “condicionamento social que determina nossas inclinações amorosas, estabelecidas por intermédio de um ponto de vista histórico e racial, que inviabiliza mulheres negras como indivíduos ativos nos espaços afetivos” (Cruz, p.86,2021). Nesse sentido, a solidão da lésbica caminhoneira⁶ negra torna-se mais complexa no campo dos afetos. De acordo com Fátima Lima (2018), as “lésbicas negras têm seu corpo-subjetivação atravessado, entre outros, por três eixos de opressão que atuam com muita força: raça, gênero e sexualidade, marcando uma tripla opressão” ao ser articulada aos marcadores como classe, geração, território fortalecendo os processos de exclusão.

Ao buscarmos nestes perfis postagens e discussões sobre violência no âmbito das relações íntimas verificamos poucos ou raros posts sobre o tema. No perfil da @sapataoamiga identificamos posts abordando temas como a lesbofobia, lesbocídio, violência contra pessoas LGBTQIAP+ e duas postagens que tratam da violência contra a mulher a partir da qual falava sobre violências contra mulheres lésbicas e trans. No dia 08 de março de 2020, o perfil publicou um reels apresentando o Violentômetro, material produzido pela Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, cujo objetivo é

⁶ À lésbica dita masculinizada é atribuída uma série de nomeações: sapatão, caminhoneira, machorrinha, butch, bofinho, etc. Esses termos são, na maioria das vezes, utilizados de maneira pejorativa (CUNHA, 2021).

ajudar as mulheres a perceberem as situações de violência. Neste vídeo, Ana Claudino chama atenção para os efeitos do machismo e violência estrutural que incide nos diversos tipos de relacionamentos e reforçar a importância do Disque 180 e da Lei Maria da Penha como ferramentas que acolhem mulheres cis, trans, travestis, sapatonas, mulheres bissexuais e pansexuais. Reforça que os relacionamentos abusivos não ocorrem apenas entre homens e mulheres cis.

Figura 15

Figura 16



Figura 17

figura 18



Figura 19



No dia 12 de novembro de 2021, Ana Claudino, fez um post apresentando a campanha, Informe Mulheres, Transforme Vidas, articulada pelo Centros de Cidadania da Mulher na cidade de São Paulo. O conteúdo da postagem repete as informações do post feita no Reels em março do ano anterior. Contudo, identificou-se interações nos comentários que demonstraram em primeiro plano que a campanha era desconhecida para as seguidoras do perfil. O foco do segundo eixo de comentários incidu na urgência do compartilhamento deste tipo de informação para ampliar o conhecimento dos mecanismos de proteção e especialmente para sensibilização da percepção dos atos violentos entre lésbicas no contexto de relacionamentos íntimos. Na página @lesbicanegraecaminhão encontramos os seguintes conteúdos sobre o tema da violência entre lésbicas:

Figura 20



figura 21

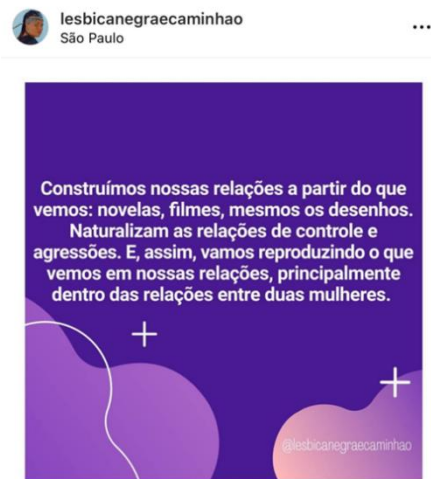


Alaine Santana em sua página @lesbicanegraecaminhao trata do tema da violência lesbofóbica e lesbocida. Destaco duas postagens que tocam diretamente no tema da violência entre lésbicas no contexto de relacionamentos íntimo. A primeira postagem foi feita no dia 04 de janeiro de 2021 provocando uma reflexão com a seguinte pergunta, *Vocês lidam bem em assumir que podem ser abusivas?* Na legenda do post, Alaine Santana convida as pessoas a avaliarem os seus comportamentos dentro as relações sem isentar a posição de agressora.

Figura 22



figura 23



Para Alaine Santana se faz necessário avaliarmos a nossa posição de pessoas tóxicas e abusivas, tendo em vista, a forma de socialização colonial e heteropatriacal baseada no controle e agressão. Encontramos na figura 23 traz um recorte da análise para os relacionamentos lésbicos refutando a premissa da não violência nos relacionamentos lésbicos. O post incentiva uma autoanálise com o objetivo de as pessoas identificarem que também podem ser as agressoras. Na sequência da postagem nos deparamos por um lado com exemplos de atitudes consideradas abusivas e tóxicas a aproximando-se da escala de violência exposta por Ana Claudino no post sobre o Violentômetro.

Por outro, Alaine Santana chama atenção para os cuidados necessário na interpretação de uma relação abusiva, tendo em vista, que uma visão pautada no relacionamento perfeito aos moldes do amor romântico possa obstruir a identificação dos atos abusivos e violentos. Além disso, pontua a importância de compreendermos a definição de relacionamento abusivo para não incorremos no erro de esvaziarmos o sentido deste tema a partir de ações que venha a contrariar alguma das partes, isto é, não se pode considerar a parceira abusiva pelo fato de se negar a ir uma festa. Por fim, reforça a importância de aceitar, assumir e avaliar os comportamentos abusivos para não repeti-los. As reações ao post pontuaram que a discussão

sobre tema é relevante e escassa, sobretudo, pelo imaginário da não violência nos relacionamentos lésbicos e destacaram a dificuldade no reconhecimento da autopercepção de serem lésbicas abusivas. Alguns comentários apontaram para o autorreconhecimento da perpetração de atitudes abusivas em seus relacionamentos, tendo na terapia o meio de compreensão da violência. Elaine Santana no dia 07 de novembro de 2022 publicou em sua página um post específico sobre a Lei Maria da Penha como um mecanismo que acolhe as lésbicas em situação de violência.

Figura 24



O texto publicado na legenda enfatiza a existência da violência na relação entre mulheres, mas se afasta de qualquer comparação as relações heterossexuais. O principal argumento deste conteúdo é o de conscientização sobre as consequências nefastas do modelo heteronormativo que tendem a naturalizar as opressões. Afastar-se deste modelo é uma das formas de repensar as dinâmicas relacionais entre mulheres. Além disso, apresenta a Lei Maria da Penha como um meio de assegurar as mulheres lésbicas tanto no contexto de relacionamento íntimo, como no caso de violência vinda de familiares.

In(conclusões)

Este artigo é resultado parcial de uma etnografia em andamento sobre violência nas relações lésbicas. Os dois perfis do Instagram analisados utilizam-se das reflexões teóricas do feminismo negro para (re)pensar a relação entre o amor e a violência. O material analisado apresentou as dificuldades que envolvem as dinâmicas de parceria, especialmente, quando se trata de duas *caminhoneiras pretas*. Esse fio condutor me faz refletir sobre as dinâmicas de violência que podem incidir na dimensão micro-relacional dos casais de *sapatão, pretas ecaminhoneiras* e também na macro-dimensão das relações afetivo-sexuais entre mulheres. A existência

sapatônica, confronta uma sociedade organizada a partir da masculinidade, branquitude e da heterossexualidade compulsória, deixando em evidência as estruturas de opressão e de violência a que as mulheres lésbicas se encontram submetidas na contemporaneidade e em particular em determinados grupos sociais, como o das mulheres negras.

Para Glória Anzaldúa (2021), “a mulher de cor é invisível no mundo dominante dos homens brancos e no mundo feminista das mulheres brancas” e acrescenta que a “lésbica de cor” ultrapassa a noção/experiência/vivência do invisível, tendo como destino a inexistência. Chamo atenção, para os efeitos da violência frente a determinadas “imagens” identitárias que contestam, como as sapatões, caminheiras, negras, gordas, faveladas, que acionam masculinidades e que dizem por meio dos seus corpos sobre as possibilidades de existência que colidem frontalmente com olhar do opressor. Esses corpos/vidas/imagens incomodam e são alvo direto dos efeitos de diversos tipos de violência.

Nos perfis @sapataoamiga e @lesbicanegraecaminhao encontramos posts que abordam o tema da violência a partir de dois eixos: o primeiro articula a violência a lesbofobia, lesbocídio, violência contra pessoas LGBTQIAP+, violências contra mulheres lésbicas e trans. O segundo eixo foca na dimensão da violência entre lésbicas no contexto de relacionamentos íntimos. Nessa direção o perfil da @sapataoamiga apresentou matérias de campanhas cujo conteúdo sinalizava para a conscientização da violência e dos órgãos de proteção. Houve uma sensibilização para a percepção dos atos violentos entre lésbicas no contexto de relacionamentos íntimos.

O perfil @lesbicanegraecaminhao discutiu diretamente sobre a premissa da não violência nos relacionamentos lésbicos. Chamou atenção para a necessidade das sapatão/ lésbicas-realizarem uma autoanálise com o objetivo de se identificarem também como possíveis agressoras. Ainda acrescentou sobre a importância da Lei Maria da Penha como mecanismo que acolhe as lésbicas vítimas de violência. A partir dos resultados identificou-se a necessidade de ampliarmos as discussões a respeito da violência nos relacionamentos lésbicos, buscando desconstruir o mito da não violência nesses arranjos e as noções de vítima e de agressora, como aponta a literatura especializada. Por outro lado, observa-se a carência de dados oficiais sem os quais torna-se mais difícil pensar em políticas de enfrentamento específicas.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Renata dos Santos. *Violência doméstica na relação homoafetiva de mulheres Lésbicas* / Renata dos Santos Alencar. – 2017.

ANZALDÚA, Gloria. *A Vulva é uma Ferida Aberta e Outros Ensaios*. Trad. Tatiana Nascimento. Local: Rio de Janeiro. A Bolha, 2021.

GROSSI, Miriam. **Rimando amor e dor: reflexões sobre a violência no vínculo afetivo-conjugal**. In: PEDRO, Joana. M. GROSSI, Miriam. P. (Org.); *Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998. pp. 293-313

OLIVEIRA, Antonia Marília dos Santos. **UM LIVRO SOBRE O AMOR SAPATÃO: MEMÓRIA E CELEBRAÇÃO**. *Diversidade sexual, étnico-racial e de gênero: saberes plurais e resistências - Volume 2*.

RIFIOTIS, Theophilos. *Violência, Justiça e Direitos Humanos: reflexões sobre a judicialização das relações sociais no campo da “violência de gênero”*. *Cadernos pagu*(45), julho-dezembro de 2015:261-295.

RISTOCK, Janice. “Exploring dynamics of abusive lesbian relationships: preliminary analysis of a multisite, qualitative study”. *American Journal of Community Psychology*, v. 31, n. 3-4, 2003.

BURKE, Leslie K.; FOLLINGSTAD, Diane R. “Violence in Lesbian and Gay Relationships: Theory, Prevalence, and Correlational Factors”. *Clinical Psychology Review*, v. 19, n. 5, 1999.

Maltrato y violencia al interior de relaciones de parejas lesbianas: El segundo armario. Santiago (Chile). 200

SANTOS, Ana Cristina Conceição. “Lésbicas negras (re)existindo no movimento LGBT”. In: GREEN, James N. et al. (org.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018.

SANTOS, Cecília Macdowell; IZUMINO, Wânia Pasinato. “Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil”. *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe*, v. 16, n. 1, 2005.

MARÍN ROJAS, Angelina Andrea. Maltrato y violencia al interior de relaciones de pareja lesbianas "el segundo closet" /Angelina Andrea Marín Rojas; profesora guía Silvia Lamadrid. 2009

RENZETTI, Claire. "Violence in Lesbian Relationships: A Preliminary Analysis of Causal Factors". *Journal of Interpersonal Violence*, v. 3, n. 4, 1988.

CRUZ. Mirella Rodrigues. SOLIDÃO DA MULHER NEGRA: UMA HISTÓRIA DE INVISIBILIDADE AFETIVA. Vol. 02 - n 02 - ano 2021. Editora Acadêmica. Periodicojs.

Macedo, Ana Cláudia Beserra. Colonialidade da sexualidade: uma análise comparada e colaborativa sobre violência em relações lésbicas em Bogotá, Brasília e Cidade do México. Tese (Doutorado). Departamento de Estudos Latino-americanos da Universidade de Brasília. Brasília, 2020.

GROSSI, Miriam Pillar; BONETTI, Alinne de Lima. "Introdução: existe uma teoria feminista no Brasil?". In: _____. *Caminhos feministas no Brasil: teorias e movimentos sociais*. Tubarão / Florianópolis: Copiart / Tribo da Ilha, 2018.

DINIZ, Débora; COSTA, Bruna Santos; GUMIERI, Sinara. "Nomear feminicídio: conhecer, simbolizar e punir". *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, v. 114, 2015.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, V. 22, n. 3/2014, p. 935- 952.

COSTA, C. "Feminismo e tradução cultural: sobre a Colonialidade do Gênero e a Descolonização do Saber". *Portuguese Cultural Studies*. 4, Fall 2012.